

## **O Presidente da República e os comandantes militares: perspectivas sobre a Defesa Nacional**

**Eliézer Rizzo de Oliveira**  
**Professor Titular de Ciência Política**  
**Pesquisador CNPq e Fapesp**  
**Núcleo de Estudos Estratégicos**  
**Universidade Estadual de Campinas**  
**Campinas, SP, Brasil**  
[eliezer\\_rizzo@uol.com.br](mailto:eliezer_rizzo@uol.com.br)

### **Abstract**

O ensaio analisa o diálogo institucional entre presidente Fernando Henrique Cardo, que modificou radicalmente a relação política com as Forças Armadas, e os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica sobre a Defesa Nacional a partir da seguinte hipótese: o presidente não garantiu as condições consideradas adequadas para o preparo militar da Defesa Nacional, numa conjuntura internacional altamente instável. Do conjunto destas manifestações, sobressai o desconforto da direção militar com os riscos que a globalização e a estrutura mundial de poder representam para o Brasil, cujas condições militares são consideradas muito precárias. O contexto sulamericano é uma referência positiva em função da ausência de tensões significativas entre Estados no quadro das antigas ameaças, ao passo que novas ameaças poderão complicar o cenário regional. Por último, o discurso político de um ministro do Superior Tribunal Militar sugere o culto de um nacionalismo militar extremamente crítico à política de Cardoso.

---

Esse ensaio analisa o diálogo institucional estabelecido entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os comandantes militares, cujas perspectivas são muito diferentes sobre a Defesa Nacional. Tomei por base discursos proferidos pelo presidente e pelos comandantes militares no *Seminário Política de Defesa para o Século XXI*, promovido pela Câmara dos Deputados (20 e 21 de agosto de 2002). Nem todos os temas desse diálogo serão abordados aqui, mas apenas os que contribuem para a compreensão da Defesa Nacional, de suas definições centrais, das conjunturas e dos processos de poder no plano internacional e, especialmente, da criação do Ministério da Defesa.

A implantação do Ministério da Defesa ocorre numa conjuntura econômica desfavorável às necessidades militares, não se devendo imputar à direção liberal (Partido da Frente Liberal) e social-democrata (Partido da Social-Democracia Brasileira) do governo, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), desconhecimento da penúria das Forças Armadas. Ao contrário, o presidente desculpou-se frequentemente com os comandantes militares e oficiais gerais por não corresponder às demandas da Defesa Nacional, que considerava justificadas. Se essa situação de dificuldades financeiras já existia antes da era Cardoso, ela foi agravada nos oito anos de seus mandatos em decorrência, de um lado, da crise financeira e das limitações dos recursos do Estado e, de outro lado, da visão predominante sobre a necessidade de rebaixamento do perfil militar do país.

Importa pouco para nossa análise se a inspiração de tal perspectiva tucano-pefelista se origina em pressões internacionais (o brigadeiro Ferolla o afirmará em sua participação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), nas cabeças dirigentes dos dois partidos ou na área diplomática. O fato é que essa aliança dirigente não cuidou da Defesa Nacional como deveria ter feito, ao risco de desprover o Brasil de sua capacidade militar diante de circunstâncias imprevisíveis, consideradas, talvez, inviáveis e não-prioritárias.

O presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Defesa para melhor dirigir as Forças Armadas, conforme argumentação política a que recorreu em diversos momentos. Porém pouco acrescentou à Defesa Nacional além de promover o rebaixamento do anterior poder dessas instituições. Na verdade, reestruturou esse poder que se manifestava anteriormente em diversos ministérios militares, e se acha agora submetido a um ministério civil dedicado à administração da Defesa Nacional e dos interesses das Forças Armadas. Não se trata do *poder* ilegítimo decorrente da usurpação, mas do poder enquanto influência sobre as decisões governamentais susceptíveis de condicionar a Defesa Nacional, hoje e nas gerações futuras. Em consequência, encontram-se as Forças Armadas em situação muito precária, cujo símbolo mais agressivo e público – um vexame nacional e internacional no dizer do brigadeiro Ferolla, ministro do Superior Tribunal Militar – foi a dispensa de 44 mil jovens que pressavam o serviço militar no Exército em 2002<sup>1</sup>. Por isso, o fato das Forças Armadas se sentirem menosprezadas deve ser levado a sério.

## 1. A Defesa Nacional segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso

O presidente Fernando Henrique Cardoso falou amplamente aos oficiais gerais das Forças Armadas, por força do seu cargo e dos rituais que estabelecem sua presença em cerimônias militares. O discurso presidencial - inespecífico a respeito da Defesa Nacional – balizou-se em dois blocos de conceitos: de um lado, a globalização e as relações internacionais, posto que a Defesa Nacional é instrumento da diplomacia; de outro lado, as reformas do Estado, as vicissitudes da economia e a implantação de políticas públicas que configuram uma rede de proteção social. Estes foram os temas preponderantes da fala presidencial aos oficiais gerais e às Forças Armadas, mesmo considerando a prevalência do tema do Ministério da Defesa pelas razões já apontadas. Portanto, o Ministério da Defesa e a Defesa Nacional não estiveram ausentes, mas não constituíram os temas por excelência de tudo que o presidente Fernando Henrique Cardoso disse às Forças Armadas em oito anos de governo, preocupado que esteve em explicar porque não cumpriu os planos de investimentos e de renovação de equipamentos militares, por ele aprovados. Os militares foram para ele ouvintes privilegiados sobre temas gerais da estratégia de governo, mas não foram escolhidos pelo presidente para receber a visão do chefe de Estado sobre a Defesa Nacional. Paradoxal, mas foi assim que se passou.

Trabalhamos com duas hipóteses para compreender a atitude presidencial. Primeira hipótese:

---

<sup>1</sup> Do orçamento do Ministério da Defesa do ano de 2002, no valor de R\$ 26,2 bilhões, R\$ 19,3 destinam-se ao pagamento de pessoal da Ativa e da Reserva. Dado que essas despesas não podem ser cortadas, o contingenciamento recai sobre as verbas de custeio e de investimentos (R\$ 2,2 bilhões). De todo modo, são “*recursos nitidamente insuficientes para prover as necessidades de defesa de um país como o Brasil [que] precisa proteger o litoral e as faixas de fronteiras, que estão entre as mais extensas do mundo*”. *O Estado de S. Paulo*. “Editorial: A penúria das Forças Armadas”, 10/09/2002, p. A3.

sendo relativamente freqüentes as cerimônias com militares, o presidente acabaria repetindo os temas de Defesa Nacional, caso os abordasse. Seria a repetição uma inconveniência? Certamente não, posto que outros temas são repetidos, renovados e reiterados diante de outras platéias: globalização, democracia e programas sociais. Segunda hipótese: a inespecificidade traduz o lugar secundário da Defesa Nacional no sistema de poder. Não faltando assessorias especializadas nem problemas a serem desenvolvidos adequadamente, a Defesa Nacional - embora referida à Política de Defesa Nacional e ao Ministério da Defesa, novidades expressivas no Estado brasileiro – ocupou um segundo nível nas atenções presidenciais e nas prioridades do seu governo.

Todavia, quando se dirigiu aos profissionais da diplomacia e aos diplomatas em formação, o presidente Fernando Henrique primou pela especificidade na abordagem dos temas: Teoria da Dependência, desenvolvimento de países periféricos, pluralismo da democracia, construção do Mercosul, reforma da ONU, solidariedade internacional contra o terrorismo, Tribunal Penal Internacional<sup>2</sup> e funcionamento do G-8 dentre outros.<sup>3</sup>

### ***Globalização e terrorismo***

Em tempos de globalização e de supremacia dos Estados Unidos nos planos político, econômico, científico, diplomático e estratégico-militar – pois é a potência que detém com exclusividade a capacidade de empreender mais de uma guerra ao mesmo tempo, em condição de superioridade bélica – a globalização aparece com grande ênfase nos discursos do presidente Fernando Henrique Cardoso para a sociedade brasileira, para políticos, para chefes de Estado no Brasil e no exterior, para pessoas simples do povo e para auditórios de capitalistas, empresários, financistas, acadêmicos, etc. Talvez a imagem mais pertinente seja a de um *denominador comum*: muito do que o presidente falou associou-se à globalização, não tanto sobre os efeitos dessa na Defesa Nacional, mas a respeito da capacidade governamental de responder positivamente às necessidades sociais e econômicas; pois tal capacidade dependeria dos recursos produzidos pela economia no contexto nacional e mundial da globalização.

Não se pretende aqui analisar todo o pensamento do presidente sobre a globalização, mas destacar alguns de seus significados, percorrendo os conceitos que expressou quando lhe foram apresentados oficiais gerais promovidos, nas visitas a unidades militares e em outras cerimônias<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> O Tribunal Penal Internacional tem personalidade jurídica internacional e se associa à ONU mediante convênio. Seu Estatuto (Estatuto de Roma) foi aprovado em 17.07.98 pela Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional. O artigo 5º do Estatuto de Roma define a sua competência: A competência da Corte se limitará aos crimes mais graves de transcendência para a comunidade internacional em seu conjunto. A Corte terá competência, de conformidade com o presente Estatuto, com respeito aos seguintes crimes: (a) o crime de genocídio; (b) os crimes de lesa humanidade; (c) os crimes de guerra; (d) o crime de agressão. Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional. Doc A/CONF.183/9 (ONU) - 17 de julho de 1998. Disponível em: URL: <http://www.derechos.net/doc/tpi.html>; acessado em 3/11/2002.

<sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC, 1970. 143 p.

<sup>4</sup> “Mais uma vez, estamos aqui, nesse evento, que é tradicional para os senhores, e para mim também: não sei qual é o número de vezes em que tive o prazer de estar para cumprimentar os oficiais gerais recém-promovidos. [...] Como é de

O presidente buscou explicitar ou reafirmar os princípios fundamentais que devem orientar o comportamento das Forças Armadas, do governo e dos brasileiros em face dos desafios que o Brasil terá de enfrentar no cenário mundial.<sup>5</sup> Ele diria em outra ocasião, acerca do hábito de comentar com os oficiais gerais a sua visão do país e do mundo: “*como tenho feito todos os anos, costumo aproveitar essa oportunidade para convidar os novos oficiais gerais a uma breve reflexão sobre os desafios que enfrentamos tanto no cenário internacional quanto em nossos esforços internos de desenvolvimento*”<sup>6</sup>.

Examinemos tais desafios do cenário internacional sob a ótica presidencial. O fim da confrontação leste-oeste não trouxe a paz ao mundo, sendo substituída por novos conflitos convencionais (guerras entre Estados sem o concurso de armas químicas, biológicas e nucleares) e por ameaças de novos tipos (terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, agressão ao meio ambiente). O Brasil identifica onde se manifestam as novas ameaças no que lhe diz respeito, particularmente na Amazônia que ocupa um lugar de destaque nas considerações do presidente Fernando Henrique Cardoso, como veremos em breve.

A globalização condiciona as grandes estratégias do governo federal, a saber: a estabilidade financeira, a abertura do mercado nacional, o tratamento prioritário das questões sociais, o desenvolvimento do regime democrático<sup>7</sup>. Em outras palavras, condiciona os papéis do Estado e a sua amplitude. Segundo uma fórmula presidencial que se tornou bem conhecida, não se trata mais do Estado-produtor, mas do Estado-indutor de políticas, dotado de capacidade de investimento em áreas sociais prioritárias (rede de proteção social) em face dos riscos de ampliação da desigualdade e da pobreza<sup>8</sup>.

O Brasil busca ampliar sua influência, que o presidente reconhece limitada, contribuindo para a construção de fóruns nos quais seja contrabalançado o poder das grandes potências associadas no G-7. Afinal, o ambiente internacional é multipolar e não comporta monopólio de poder. O grande desafio é ampliar o perfil brasileiro sem abrir mão da soberania, auto-determinação e identidade nacional, conceitos tradicionais que continuam em pleno vigor.<sup>9</sup> O mundo socialista ruiu, o muro de Berlim não existe mais, impera o capitalismo. Entrevistado pelo jornal espanhol *El País*, no final de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso formulou o que talvez seja uma síntese de seu pensamento sobre o Estado nacional em face da globalização, tema que abordou reiteradamente aos oficiais

---

*praxe, nesses momentos, costumo fazer uma breve reflexão sobre o momento que atravessamos e sobre alguns assuntos que são de interesse das Forças Armadas*”. IDEM, Discurso na solenidade de entrega de Medalhas de Platina de 50 anos de serviço e apresentação dos oficiais gerais recém-promovidos. Brasília, DF, Palácio do Planalto, 15/8/2001.

<sup>5</sup> IDEM. Discurso no almoço com oficiais gerais. Clube Naval. Brasília, DF, 12/12/2001.

<sup>6</sup> IDEM. Discurso na Cerimônia de Apresentação dos oficiais gerais promovidos em 31 de março de 2002. Palácio do Planalto. Brasília, Df, 19/4/2002.

<sup>7</sup> IDEM. Discurso lido pelo Secretário Ronaldo Sardenberg na Cerimônia de Abertura do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro, 14/10/1996.

<sup>8</sup> IDEM. “Impacto da Globalização nos países em Desenvolvimento: Riscos e Oportunidades”. Conferência no Colégio do México. Cidade do México, 20/2/1996.

<sup>9</sup> IDEM. Discurso para alunos e estagiários dos Cursos de Altos Estudos da Escolas de Guerra Naval, Comando e Estado-Maior do Exército e Aeronáutica e Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 23/11/1996.

gerais das Forças Armadas<sup>10</sup>. Os países são selecionados para receber investimentos internacionais que pressupõem o fim de suas economias autárquicas; assim, reformulam suas políticas e regulamentações para se tornarem preparados e merecedores de receber capitais internacionais. Daí a crescente uniformidade dos quadros institucional e regulatório de todos os países, a qual decorre da incapacidade (ou inviabilidade) de os Estados adotarem caminhos alternativos de políticas macroeconômicas heterodoxas. Poderá encontrar-se aqui argumento favorável aos críticos do Ministério da Defesa, cuja criação atribuem às pressões e interesses internacionais; ou, para usar expressão do próprio presidente da República, da uniformidade forçada da regulação estatal<sup>11</sup>.

O presidente Cardoso vislumbra a necessidade de uma solidariedade entre Estados, que não deveria ser sufocada pela globalização competitiva. Maneira adequada de enfrentar a desigualdade que não pode ser encarada - como o é na ótica da globalização - como decorrência de uma adaptação insuficiente e inadequada das economias nacionais aos novos tempos. Esta solidariedade implicaria a negação da idolatria do mercado, a superação da irresponsabilidade, do individualismo e do egoísmo das elites e, sobretudo, a participação de múltiplos agentes sociais, sem concurso a *“qualquer timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento”*<sup>12</sup>:

Exatamente por isso - volto a insistir - é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do governo e da sociedade contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista, que conspire contra a própria noção de identidade nacional<sup>13</sup>.

O terrorismo passa a ocupar o centro da pauta internacional em consequência dos atentados contra o Pentágono (Washington, DC) e World Trade Center (Nova Iorque) em setembro de 2001. A

---

<sup>10</sup> “Não se trata de que o Estado volte a ser intervencionista, um Estado que ossifique a dinâmica da economia. O que tem que fazer o Estado é ser ecológico; deve ocupar-se da vida. A vida, a gente, as pessoas, a saúde, a educação, a segurança, o meio ambiente. O mercado não se ocupa disso. Nunca se ocupou nem vai ocupar-se. Ocupa-se da corrupção ou dos bens materiais, não da cultura ou da vida da gente. O Estado deve ser o gestor da vida, e o mercado o gestor dos bens. E a vida tem que prevalecer sobre os bens”. CALVO, José Manuel. “Hay que defender la lógica de la libertad frente a la lógica del terrorismo (entrevista con Fernando Henrique Cardoso)”. *El País* (Espanha), 29/10/2002. Disponível em: URL: <http://www.elpais.es>; acessado em 30.10.2002.

<sup>11</sup> Há críticas à criação do Ministério da Defesa fundadas no temor com a desmontagem das Forças Armadas. Segundo o jornalista Olavo de Carvalho, a limitação dos recursos destinados às Forças Armadas se explica pela atuação da(s) esquerda(s) em diversos organismos do Estado, as quais pretenderiam o enfraquecimento (senão o desmantelamento) das instituições militares. CARVALHO, Olavo. “Manipulando as Forças Armadas”. *Época*, 20/7/2002. Conferencista da Escola Superior de Guerra, o coronel-aviador (da Reserva) Manuel Cambeses Júnior atribui tal desmantelamento ao neoliberalismo e ao novo ordenamento mundial: *“não podemos deixar as nossas Forças Armadas transformarem-se em Milícias Populares, Guardas Costeiras e Aviação sem Força, atendendo aos interesses do Primeiro Mundo”*. CAMBESES JÚNIOR, Manuel. “Os militares e a defesa da Amazônia”. Disponível em: URL: <http://http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a003.html>; acessado em 5/5/2003.

<sup>12</sup> A expressão *“timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento”* pode ser interpretada como recusa do conceito marxista da direção proletária das transformações sociais e do desenvolvimento do capitalismo.

<sup>13</sup> CARDOSO, Presidente Fernando Henrique. “Impacto da Globalização nos países em Desenvolvimento: Riscos e Oportunidades”. Conferência no Colégio do México. Cidade do México, 20/2/1996.

conjuntura torna-se efetivamente adversa em consequência do comportamento negativo da economia americana e do fundamentalismo diplomático e estratégico dos Estados Unidos. Tomamos por *fundamentalismo diplomático e estratégico* o conteúdo central da doutrina de segurança adotada pelo presidente George W. Bush, segundo a qual os aliados devem submeter-se incondicionalmente aos Estados Unidos em todas as atitudes que ele vier a adotar, principalmente na guerra que está determinado a realizar contra o Iraque. O mundo estaria dividido entre o bem e o mal, tal como na guerra fria<sup>14</sup>.

O presidente reconhece a notável implicação estratégica do terrorismo: *“a luta antiterrorista afirmou-se como uma das prioridades fundamentais do nosso tempo”*<sup>15</sup>. As posições do governo brasileiro podem resumir-se nos seguintes aspectos que, seguramente, expressam uma defesa clarividente dos interesses nacionais. Em primeiro lugar e na primeira hora após o dia 11 de setembro, o Brasil manifestou solidariedade ao governo e ao povo dos Estados Unidos e repulsa aos atos terroristas, tendo, a seguir, recorrido ao TIAR, tão em desuso há décadas. Pois pareceu à diplomacia que esse era o único instrumento continental sobre o qual se pudesse fundamentar uma ação coletiva<sup>16</sup>.

A luta contra o terrorismo deve ser universal sem confrontar (e há o risco imenso de que isso venha a ocorrer) o pluralismo religioso, cultural, político, étnico, diplomático, etc, nem a democracia. É preciso enfrentar a “lógica do medo” (que fundamenta normas e procedimentos anti-terroristas que afrontam as liberdades civis e políticas nos Estados Unidos), pois ela poderá negar e asfixiar os valores da democracia: *“podemos chegar a ter tanto medo que utilizemos instrumentos que não sejam aceitáveis. Há que manter sempre o sentir da liberdade; não cair na contradição de entrar numa lógica do terror por causa do terror. Há que contrapor a essa lógica do medo uma lógica da sensatez, da liberdade”*<sup>17</sup>.

A defesa da democracia associa-se à postulação da racionalidade: segundo o presidente, o mundo deve estar tão unido na defesa de democracia quanto coeso na luta contra o terrorismo, mas o Brasil não aceita que a guerra, a partir de outubro de 2001, seja ampliada para países outros que o Afeganistão, pois a estrutura terrorista Al-Qaeda tomou o poder de Estado daquele país<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> IDEM. Discurso na cerimônia de apresentação dos oficiais gerais promovidos em 31 de março de 2002. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 19/4/2002.

<sup>15</sup> IDEM. Discurso na Sessão de Abertura da Cúpula América Latina-Caribe e União Européia. Madri, Espanha, 17/5/2002.

<sup>16</sup> IDEM. Discurso na solenidade de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, DF, 10.10.2001.

<sup>17</sup> CALVO, José Manuel. “Hay que defender la lógica de la libertad frente a la lógica del terrorismo (entrevista con Fernando Henrique Cardoso)”. *El País* (Espanha), 29/10/2002. Disponível em: URL: <http://www.elpais.es>; acessado em 30.10.2002.

<sup>18</sup> *“Estamos repudiando o terrorismo, dando apoio, sem dúvidas, àqueles que hoje têm o direito de reagir contra a punhalada que receberam nas suas costas e que feriram as costas de todo mundo, inclusive de brasileiros. Feriram, realmente, as costas da Humanidade pela violência do ato praticado. Se nós damos esse apoio, isso não nos pode fazer esquecer outros temas. Temos um compromisso nosso para com a Humanidade, para com os interesses do nosso país, os interesses nacionais, para com o nosso respeito aos valores fundamentais da democracia. Temos que ir além e insistir nos nossos temas sobre o comércio e sobre as desigualdades que existem, não só no comércio, mas também no plano das relações financeiras”*. IDEM. Discurso na solenidade de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, DF, 10/10/2001.

Um derradeiro espaço será dedicado ao desarmamento nuclear. O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) foi firmado em 1970; mas o Brasil não aderiu por considerar que beneficiava os países que dominavam o ciclo nuclear e detinham armas nucleares: Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China. Os demais países ficariam proibidos de iniciar ou prosseguir pesquisas nesse domínio. Portanto, por não concordar com a discriminação entre países nucleares (que continuariam com o desenvolvimento de armas e de testes) e não-nucleares (impossibilitados de dominar a tecnologia nuclear), o Brasil deixou de aderir a esse protocolo desde o governo do presidente Médici. Esta posição ultrapassou o regime militar e se prolongou pelos governos de José Sarney, Collor de Mello e Itamar Franco. Destaque-se, assim, o enraizamento da posição brasileira na diplomacia e na área militar, posto que permaneceu a mesma ao longo de vinte e oito anos.

As Forças Armadas desenvolveram projetos nucleares ao longo dos últimos trinta anos e uma competência científica foi produzida nos laboratórios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sendo o submarino a propulsão nuclear o projeto mais conhecido, até porque foi aberto às autoridades e à opinião pública há mais de dez anos. Um parâmetro de poder, herdado da guerra fria, é a posse de armas nucleares. O Brasil não as desenvolveu, embora tenha supostamente capacidade tecnológica para fabricá-las. Os constituintes tomaram uma posição radicalmente contrária ao armamento nuclear: toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional<sup>19</sup>. Considere-se ainda que o Brasil firmara com a Argentina protocolo de abertura dos programas de cada país à visitação recíproca e à inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica. Mas o Brasil permaneceu na recusa de assinar o Tratado sobre a Não-Proliferação Nuclear, por considerá-lo discriminatório com relação às nações não-nucleares.

De fato, os artigos 1º e 2º do TNP são taxativos: os Estados nuclearmente armados comprometem-se a não transferir (para qualquer outro Estado) *“armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, assim como o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos e, sob forma alguma assistir, encorajar ou induzir qualquer Estado não-nuclearmente armado a fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou obter controle sobre tais armas ou artefatos explosivos nucleares”*. De seu lado, os Estados não-nuclearmente armados comprometem-se a atuar de modo correspondente; ou seja, *“a não receber a transferência, de qualquer fornecedor, de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos; a não fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, e a não procurar ou receber qualquer assistência para a fabricação de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares”* <sup>20</sup>. Portanto, quem já detinha tecnologia e armamentos nucleares preservaria uma espécie de monopólio consorciado que negava aos demais países o acesso a tal condição.

Na perspectiva de ampliar o perfil estratégico e diplomático do nosso país, visando provavelmente à condição (pouco provável a curto prazo) de membro permanente do Conselho de

---

<sup>19</sup> *“toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”*. Constituição Federal, art. 21, XXIII, “a”.

<sup>20</sup> O texto integral do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares encontra-se na página web do ministério de Relações Exteriores. Disponível em: URL: <http://www.mre.gov.br/dai/naonuclear1.htm> acessado em 1/11/2002.

Segurança da ONU, o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu que o Brasil deveria aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear pelas razões que expôs na cerimônia de assinatura dos instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao TNP, em julho de 1998, na presença de Kofi Annan, secretário-geral da ONU<sup>21</sup>. Segundo a diplomacia brasileira, essa adesão seria vantajosa, pois ampliaria a sua própria capacidade de atuação em prol dos interesses do país<sup>22</sup>. Ao tornar-se parte dos dois tratados, o Brasil busca firmar-se como ator internacional sobre o qual não mais pesam restrições, “*um país respeitado, um interlocutor confiável, capaz de dialogar de igual para igual com todas as nações do mundo, grandes ou pequenas, nucleares ou não-nucleares*”.

Ao enviar mensagem ao Congresso Nacional para o exame do TNP em junho de 1997, o presidente Cardoso admitiu que eram procedentes as críticas brasileiras ao poder do consórcio nuclear e aos privilégios dos países *nuclearmente armados*. Enfim, o TNP não teria sido bastante para impedir a corrida armamentista nuclear, após o início da sua vigência em 1970. Mudou muito o mundo de lá para os fins dos anos 90. Também o Brasil mudou. Trata-se agora de dar mais uma manifestação dos compromissos do Brasil com o desarmamento e a paz <sup>23</sup>.

A participação plena do Brasil nas negociações internacionais de desarmamento corresponderia à vontade da sociedade brasileira enquanto questão de Estado. Além da determinação constitucional de que a pesquisa nuclear tenha finalidade pacífica, com autorização prévia do Congresso Nacional<sup>24</sup>, o Brasil nada ganhará em possuir armas nucleares. Elas não são a causa da segurança, mas, precisamente, da insegurança.

---

<sup>21</sup> Informações detalhadas sobre o significado da nova posição brasileira podem ser encontradas nas seguintes matérias: BRASIL, Sandra. “O delírio acabou. Brasil encerra definitivamente o sonho dos militares de construir a bomba atômica”. *Veja*, 22/7/98; NOGUEIRA, Rui. “O adeus definitivo”. *Folha de S. Paulo*, 03/7/98; “Tucano diz que país não quer bomba”. *Folha de S. Paulo*, 14/7/98.

<sup>22</sup> Uma das melhores definições do presidente acerca dos limites e da natureza da diplomacia brasileira acha-se em seu pronunciamento no Instituto Rio Branco, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas em 18/5/2000: “*O Brasil é um país que tem peso nas relações internacionais. Não temos veleidades de poder, nem buscamos protagonismo, mas temos a força de nossos objetivos e de nossa independência. Desde os tempos em que se pregava uma política externa independente para hoje, não precisa nem se falar no assunto, porque ela é independente. Somos um país que tem a nossa política independente. Como país de dimensões continentais, tendemos durante muito tempo à introspecção e, não raro, a fantasias de auto-suficiência. Mas nada disso deve impedi-los de ver que o Brasil, precisamente por ser uma das maiores economias do mundo, não importa se é a oitava, – tem uma grande responsabilidade no plano internacional, e muito especialmente no âmbito regional. A democracia, a abertura e a estabilidade econômica reforçaram, em nós, o sentido dessa responsabilidade, responsabilidade de ser um fator de garantia de paz, de unidade e de concórdia entre nossos povos. Um fator de impulso ao regime democrático em toda a região, e ao desenvolvimento.*”

<sup>23</sup> CARDOSO, Presidente Fernando Henrique. Discurso na Cerimônia de Assinatura da Mensagem que envia o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares ao exame do Congresso Nacional. Brasília, 20.06.1997.

<sup>24</sup> O deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) escreveu artigo elogioso ao governo federal, no qual explica as razões que levaram o PT a suspender a obstrução da votação do TNP na Câmara dos Deputados: “*a adesão ao Tratado não deve ser crítica e, sim, constituir oportunidade para que o Brasil, como país que assumiu compromissos irrefutáveis na área da não-proliferação nuclear, consagrados inclusive na Constituição Federal, reiterar com credenciais ainda mais legítimas os propósitos que norteiam a sua política exterior no que diz respeito à eliminação de todas as armas de destruição de massa (nucleares, químicas e biológicas)*”. DELGADO, Paulo. “Adeus às armas”. *Jornal de Brasília*, 26.06.98. Disponível em: URL: <http://www.paulodelgado.com.br/armas.htm>; acessado em 1/11/2002.

Não queremos a bomba atômica. Ela só seria causa para tensão e desconfianças em nossa região. Inviabilizaria o processo de integração que estamos crescentemente aprofundando para o bem-estar de nossos povos. Por isso abrimos mão dessa opção nefasta. [...] O Brasil não poupará esforços para que num futuro mais breve do que imaginamos tenhamos um mundo livre de armas nucleares. Com o fim da Guerra Fria e do tristemente célebre “equilíbrio pelo terror”, evidencia-se cada vez mais o absurdo, o contra-senso de buscar a segurança através da acumulação de armas de destruição em massa<sup>25</sup>.

Não se tem notícia de setor militar brasileiro da ativa que pleiteie o caminho das armas atômicas e nucleares. No entanto, esse tema é ainda sensível para associações de militares da reserva. Enfim, o presidente não sofreu oposição de monta entre os militares, os parlamentares, os diplomatas, intelectuais e imprensa. A esse respeito, sua condução de mudança de tal magnitude se processou sem conflitos significativos.

### ***Política de Defesa Nacional e Ministério da Defesa***

O presidente Fernando Henrique Cardoso deu muita ênfase aos significados das mudanças que introduziu nas Forças Armadas. Na cerimônia em que anunciou ao país a adoção da Política de Defesa Nacional ele analisou os seus conceitos fundadores. Assim, por força do desenvolvimento da sociedade e do Estado brasileiros, a defesa do país fora apreciada até então como “coisa de militar”; por sua vez, os militares tendiam a conceber-se como agentes quase exclusivos do labor da Defesa Nacional. Diz o presidente: isso não vale mais, pois a Defesa Nacional acha-se sob a responsabilidade do Estado e da sociedade civil; não há mais exclusivismos nem monopólios<sup>26</sup>. De fato, dizemos nós, como aconteceu em alguns países, a co-responsabilidade da sociedade civil e do sistema político constitui um fator de aprimoramento potencial da Doutrina Nacional e de incremento da estabilidade da democracia.

Vejamos com algum detalhe os conceitos emitidos pelo presidente quando divulgou a Política de Defesa Nacional: a quais objetivos essa se prestará senão àqueles inscritos na Constituição? A saber, a defesa da soberania, “*consecução e manutenção dos interesses brasileiros no exterior, de projeção do Brasil no concerto das ações e sua maior inserção no processo decisório internacional e de contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais*” e defesa das instituições democráticas<sup>27</sup>.

O presidente afirma contar com a compreensão dos militares quanto aos tempos difíceis. Uma coisa são os objetivos e os compromissos que o presidente assumiu com a Defesa Nacional, outra coisa são os recursos. A modernização das Forças Armadas também teve a atenção do presidente no discurso inaugural da Política de Defesa Nacional e em outras ocasiões. No entanto, não basta a vontade,

---

<sup>25</sup> CARDOSO, Presidente Fernando Henrique. Discurso na Cerimônia de assinatura dos instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 13/7/1998.

<sup>26</sup> IDEM. Discurso no almoço com oficiais gerais no Clube do Exército. Brasília, DF, 12/12/2000.

<sup>27</sup> IDEM. Discurso na Cerimônia de Anúncio da Política de Defesa Nacional. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 7/11/1996.

tampouco a decisão política. Envolvendo gastos vultosos, a modernização tecnológica e a renovação dos equipamentos encontrar-se-ão na dependência dos recursos advindos (ou não) do desenvolvimento da economia. Como ouvirão reiteradamente os chefes militares, a Defesa Nacional não é prioritária porque o Brasil é cercado por um “anel de paz” na América do Sul. As prioridades do governo são de natureza social<sup>28</sup>.

A dimensão social do seu governo - ou melhor, a série de programas destinados a amparar as populações carentes quanto à educação, alimentação, saúde e outros aspectos de suas necessidades amplas – foi recorrentemente compartilhada pelo presidente com os oficiais generais. Ao presidente esse público pareceu privilegiado, de certo modo, visto que constituído por servidores que têm a dimensão do poder de Estado. Se os militares são muito sensíveis com relação à Defesa Nacional, não lhes faltaria sensibilidade com as carências sociais de imensa faixa da população. No encontro de final de ano com os oficiais generais no Clube Naval, em dezembro de 2001, o presidente tratou da rede de proteção social após reconhecer as dificuldades orçamentárias para cumprir os programas propriamente militares. Não fora possível à Marinha desenvolver a contento o seu programa nuclear, mas agora incorporou o porta-aviões São Paulo adquirido da França; o programa de reequipamento da Força Aérea estava em andamento, devendo concluir-se no ano seguinte<sup>29</sup>.

O Comandante Chagasteles [da Marinha] disse, e disse com propriedade, que as Forças Armadas são sensíveis, como todos os segmentos brasileiros, à necessidade do combate à pobreza. Não se combate a pobreza – tenho repetido isso – com discurso, às vezes nem sequer com dinheiro. Combate-se com promoção humana, com dignidade, com apoio, com escola, com hospital, com acesso à terra, com assistência aos mais idosos. Tenho orgulho de dizer que organizamos uma rede de proteção social, através das bolsas – a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Renda para os nordestinos, a Bolsa para as crianças que estavam em trabalho penoso e que estão sendo retiradas do trabalho penoso, a pensão que é dada aos idosos de mais de 67 anos, abaixo de um certo nível de renda familiar, àqueles que estão no desemprego<sup>30</sup>.

Reafirmando tal prioridade social, mas pressionado pelos compromissos com os interesses da Defesa Nacional que tem cumprido apenas parcialmente, o presidente recorre ao “*espírito profissional das Forças Armadas*”, o qual, de fato, não lhe faltou ao longo de dois mandatos. A propósito, o presidente Cardoso tem uma apreciação muito positiva, valorativa mesmo, do papel das Forças Armadas ao longo da história brasileira. O prestígio de que gozam junto à população decorre precisamente deste papel, prestígio “*de dar inveja a qualquer outro segmento social, especialmente a nós, políticos*”. Ou seja, competência, honradez, dedicação, patriotismo, camaradagem, “saudável

---

<sup>28</sup> IDEM, *ibid.*

<sup>29</sup> O Conselho de Defesa Nacional, reunido em 31/10/2002, autorizou a compra de 12 aviões de transporte e o reaparelhamento de sete aviões de patrulha marítima. Os prazos de conclusão dos contratos são de 18 e 30 meses, respectivamente, no total de 596 milhões de dólares, dispensado o processo de licitação com fundamento no interesse da Defesa Nacional. Os recursos provirão de financiamento externo, entrando nos orçamentos federais a partir de 2004. Conselho de Defesa Nacional decide que compra de aviões não requer licitação. Folha de S. Paulo, 1/11/2002.

<sup>30</sup> Fernando Henrique CARDOSO. Discurso no almoço com oficiais generais no Clube Naval. Brasília, DF, 12/12/2001.

espírito de corpo”, “vocação de servir”, elevado profissionalismo e disciplina e coesão<sup>31</sup>. Num mundo extremamente cambiante que confronta os valores mais consolidados, o presidente valoriza precisamente a permanência dos valores nas tradições militares: “*a experiência profissional e a formação adequada que têm os nossos militares, o amor que têm aos valores nacionais*”<sup>32</sup>.

O presidente afirma a sua relação com as Forças Armadas como sendo a de comando supremo, de chefia última nos termos constitucionais. Nessa condição, agradece às Forças Armadas o apoio ao chefe de Estado; não apenas a ele – afinal, tal apoio é esperável na relação de chefia e subordinação – mas ao Brasil. Pois esse apoio provém de uma classe especial de funcionários públicos, que o presidente Cardoso inscreveu na categoria de funcionários do Estado em decorrência de mudança da Constituição Federal<sup>33</sup>. De resto, tal apoio militar é essencial qualquer que seja o regime de governo<sup>34</sup>.

A expressão “regime de governo” acarreta dificuldade de interpretação: pode ser regime presidencialista por oposição ao parlamentarista ou regime democrático por oposição ao autoritário. Em todo caso, o presidente refere-se ao seu próprio governo, que tem recebido e, por isso mesmo, agradece o apoio das Forças Armadas. De todo modo, a expressão “poderes constituídos” é imprópria no contexto discursivo, pois o Estado democrático comporta “poderes constitucionais” (artigo 142 da Constituição Federal). Já a expressão “poderes constituídos” foi largamente empregada pelas normas legais e pela apologética do regime militar.

Retomando o pensamento do presidente Cardoso, a criação do Ministério da Defesa não teria relação com a subordinação militar ao poder civil. Essa tese afirma que o novo ministério é o formato mais adequado à subordinação militar. Ocorre que a tese da subordinação incomoda o presidente da República, que não se sente bem com ela e não a acolhe. Em algumas ocasiões o presidente reafirmou seu ponto de vista: o ministério não foi criado para estabelecer ou reforçar o comando civil sobre as Forças Armadas, que sempre existiu por força dos arranjos constitucionais. Certamente, o presidente abstrai o regime autoritário, no qual prevaleceu uma relação inversa: as Forças Armadas subordinaram as instituições civis. Na posse do ministro Quintão, o presidente afirmou categoricamente que o Ministério da Defesa justifica-se do ponto de vista operacional e estratégico, não se relacionando com eventual necessidade de direção civil sobre as Forças Armadas<sup>35</sup>.

Convém aqui uma pausa explicativa. A intenção de substituir os ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica pelo Ministério da Defesa não constou do programa eleitoral do candidato

---

<sup>31</sup> IDEM. Discurso no almoço com oficiais gerais no Clube do Exército. Brasília, DF, 10/12/1997.

<sup>32</sup> IDEM. Discurso na Cerimônia de apresentação dos oficiais gerais recém-promovidos. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 13/4/2000.

<sup>33</sup> Emenda Constitucional nº 18 (5/2/1998) que “*dispõe sobre o regime constitucional dos militares*”. *Diário Oficial da União*, 6/2/1998.

<sup>34</sup> Fernando Henrique CARDOSO. Discurso no almoço com oficiais gerais recém-promovidos. Clube da Aeronáutica. Brasília, DF, 16/12/1999.

<sup>35</sup> IDEM. Discurso na cerimônia de posse do ministro de Estado da Defesa Geraldo Magela da Cruz Quintão. Palácio do Planalto, Brasília, DF. 24/1/2000.

Fernando Henrique Cardoso, no qual encontram-se duas referências às Forças Armadas. A primeira é a intenção de empregá-las no combate ao crime “*só como último recurso, nunca para substituir, permanentemente, as forças policiais. A função primeira das Forças Armadas é – e deve continuar sendo – garantir a soberania nacional, que significa, em última instância, a segurança do cidadão*”<sup>36</sup>. A segunda referência diz respeito à valorização e modernização do aparelho militar: “*Deverão ser criadas as condições para a modernização e aparelhamento das três Forças, de acordo com as exigências do mundo moderno, e nossos militares deverão ser remunerados de acordo com a alta responsabilidade das funções que exercem. [Isso implica uma] carreira com bom treinamento e com a devida remuneração*”<sup>37</sup>. Já o seu programa para o segundo mandato trata do Ministério da Defesa, cuja criação, em pleno andamento, percorreu o primeiro mandato presidencial<sup>38</sup>.

Chegamos ao ponto nodal do pensamento do presidente Cardoso: a criação do Ministério da Defesa teria uma razão (motivação e sentido) técnica. Ou seja, ele seria a forma mais adequada para promover a eficiência e a operacionalidade das Forças Armadas. Com o risco da reiteração exagerada, não se trataria absolutamente de instituir a subordinação militar ao poder civil, mas da “*adaptação gradual de nossas forças de defesa às demandas do futuro*”, conforme afirmou em seu discurso de posse no primeiro dia de 1995. Esta é a síntese do pensamento do presidente Cardoso, que, como já se afirmou, volta ao tema em outras ocasiões:

quando saudei o nosso ministro da Defesa, Geraldo Quintão, na sua posse, eu disse, e cito de novo: jamais cogitei a criação do Ministério da Defesa para reafirmar o comando civil sobre as Forças Armadas, porque isso não era necessário, posto que, através do presidente da República, esse elo já existia. Na verdade, a questão do Ministério da Defesa era, como ainda é, operacional e estratégica<sup>39</sup>,

Além de cuidar da renovação dos equipamentos militares e de fazer prosseguir os projetos em curso, o Ministério da Defesa deveria dar conta das “*demandas da carreira militar*” que se vinculam às condições de desempenho da profissão castrense: salários, formação, aperfeiçoamento, saúde e previdência. Outros temas também ocupam a atenção presidencial, dos quais destacamos a Amazônia, o papel das Forças Armadas na Segurança Pública e as ameaças à segurança do Brasil. Começamos pela Amazônia. Em discurso aos oficiais estagiários dos Cursos de Altos Estudos das escolas de Guerra Naval, Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica e Escola Superior de Guerra, em novembro de 1996, o presidente realçou a importância da Amazônia, seu pertencimento à nação brasileira e a plena soberania estatal sobre as terras indígenas demarcadas. Pois, de fato, as demarcações não impedem as ações da União, embora condicionem as ações dos respectivos governos estaduais<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra. Proposta de governo*. Brasília, s/ed, 1994, p. 162 [300 p.]

<sup>37</sup> IDEM, *ibid*, p. 284.

<sup>38</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança Brasil. Mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Proposta de governo*. Brasília, s/ed., 1998, p. 285-6 [332 p.]

<sup>39</sup> CARDOSO, Presidente Fernando Henrique. Discurso na Cerimônia de Apresentação dos oficiais gerais recém-promovidos. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 13/4/2000.

<sup>40</sup> Disse o presidente: “*nós queremos desenvolver ações para vivificar a paz de fronteira, e em especial na Região Norte e*

Antepassados do presidente Cardoso são originários da Amazônia. Este traço familiar o inspira a reiterar seus laços com a região, que visitou diversas vezes e em condições bastante diferentes. Ele associa o Exército à fundação estatal na Amazônia, do mesmo modo que os projetos especiais (Sivam, Sipam e Programa Calha Norte) estão destinados a desenvolvê-la, a defendê-la e a preservar a sua brasilidade. Na verdade, reconhece o presidente, a estrutura de assistência governamental às populações depende basicamente das Forças Armadas<sup>41</sup>.

A Amazônia da biodiversidade, das culturas autóctones, das imensas riquezas naturais, da presença ativa e desinteressada das Forças Armadas, do fascínio e da utopia é também palco de ameaças à segurança do Brasil e dos vizinhos amazônicos. São ameaças de novo tipo, sem um Estado que as patrocine como nas ameaças tradicionais entre países. O narcotráfico, o crime organizado, a violação do território e do espaço aéreo atingem as populações locais, incidem sobre a economia e a segurança. Daí deverem os Estados amazônicos e sul-americanos colaborar no plano da segurança regional. Manaus hospedou a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas em outubro de 2000. O discurso inaugural do presidente Cardoso é uma ode à Amazônia

Emblemático desse novo tempo que se inaugura na região é o Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia, o Sipam/Sivam, projeto com sólido suporte tecnológico [que] será fundamental para a política ambiental brasileira, não apenas na identificação e prevenção de danos à natureza, mas também no mapeamento de possibilidades para o aproveitamento racional e sustentável do ecossistema amazônico. União, Estados e Municípios terão a seu dispor um importante banco de dados para a definição de políticas nas áreas de aproveitamento florestal, uso do solo, biotecnologia, gerenciamento agrícola e pecuário, transporte fluvial e terrestre, ecoturismo e assentamento agrário. Isto sem falar dos ganhos para a demarcação e proteção das terras indígenas. As instituições de pesquisa também se beneficiarão das informações colhidas e disseminadas pelo Sipam/Sivam [...] O sistema será relevante também para as atividades regulares de policiamento aéreo e terrestre, que incluem o controle de práticas nocivas ao meio ambiente, e sobretudo de combate e repressão ao crime organizado. O Sipam/Sivam será um instrumento muito importante na consecução do objetivo de mapeamento e eliminação das rotas de tráfico de entorpecentes e de contrabando de armas. Sabemos que o crime organizado e outras atividades ilícitas podem prosperar com mais facilidade em áreas carentes de uma presença mais ostensiva do Estado. Daí a atenção que meu governo tem procurado dedicar às regiões de fronteira, principalmente aquelas na faixa setentrional da Amazônia, de acesso mais difícil<sup>42</sup>.

Como vimos anteriormente, as Forças Armadas – com destaque para o Exército – têm presença

---

*na Região Centro-Oeste. [...] De modo que, nós não devemos temer, em termos de segurança nacional, a existência de regiões que são demarcadas como terras indígenas. Frequentemente se apresentam como se fosse alguma coisa que inviabiliza a ação da União. Não. Ela limita a ação dos Estados, mas não pode inviabilizar a ação da União, [...] sobretudo na área de infra-estrutura amazônica".* IDEM. Palestra aos Cursos de Altos Estudos das Escolas de Guerra Naval, Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica e Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 23/11/1996.

<sup>41</sup> IDEM. Discurso na visita ao 2º Grupamento de Engenharia do Exército. Manaus, AM, 22/8/1996.

<sup>42</sup> IDEM. Discurso na Cerimônia de Abertura da IV Conferência Ministerial das Américas. Manaus, AM, 17/10/2000.

permanente na Amazônia. Pode-se então estabelecer uma relação entre essa presença e o combate ao crime organizado e ao narcotráfico, cabendo à Polícia Federal e às polícias estaduais o enfrentamento de tal criminalidade com o apoio logístico das Forças Armadas. As estruturas militares e as estruturas policiais são distintas, organizadas sobre objetivos e valores que podem ser complementares, mas que não se confundem. Apesar disso, existe uma pressão social pela participação direta dos militares no combate à criminalidade, dadas a magnitude, as ações espetaculares e as agressões do crime organizado e do narcotráfico às vidas humanas e aos bens. Pois bem, diz o presidente Cardoso, o Estado deverá estar presente onde a população se sente insegura, mas não caberá às Forças Armadas substituir as polícias. Até porque o Brasil não acolhe normas que não sejam as suas para combater o narcotráfico. É possível identificar nesse conceito um distanciamento com relação às posições norte-americanas a esse respeito. O presidente Cardoso é taxativo: as polícias e as Forças Armadas são instituições complementares, elas não se confundem e não deve o aparelho militar preparar-se para funções policiais corriqueiras.

Mais uma vez, é preciso deixar bem claro que as Forças Armadas não são e nem devem ser preparadas para a atividade policial. [...] Às Forças Armadas poderá competir dar apoio logístico de inteligência e comunicação, quando requerido, aos setores da Segurança Pública para combater esse mal [...] É importante, portanto, que o Estado esteja presente onde a população se sentir ameaçada por esse terrível mal. Mas é óbvio que a participação das Forças Armadas nessas questões é acessória e não deve ser confundida sua missão constitucional com a missão constitucional de outros setores, que, aí, sim, têm, especificamente, que cuidar dessas questões<sup>43</sup>.

As drogas e os delitos conexos oferecem grandes riscos às estruturas societárias e estatais, à democracia mesmo. O crime organizado é um flagelo. Ambos, crime organizado e narcotráfico, devem ser combatidos *“com as armas da democracia, com respeito pleno às liberdades públicas e aos direitos humanos, sem o que (esse combate) perde legitimidade”*, disse aos participantes da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas em outubro de 2000. A propósito, as novas ameaças estão a sugerir um perfil de cooperação em segurança – não ainda uma estrutura específica de Defesa – no plano regional. Trata-se de uma *“concepção ampla de segurança regional”* fundada na adesão à democracia (vale lembrar a existência de cláusulas democráticas na Organização dos Estados Americanos e no Mercosul, segundo as quais poderão ser suspensos os países que tiverem regimes não-democráticos), a *“solução pacífica e negociada de controvérsias”*; acrescente-se a adoção da Zona de Paz Sul-Americana, a declaração do Mercosul como Zona de Paz e livre de armas nucleares e o Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação. O presidente não define o conceito de segurança regional, assim também o ministro Quintão não o tornará claro em diversos documentos. No entanto, na referida conferência de Manaus, o presidente saúda a possibilidade de elaboração – com os países do Continente, em relação aos quais o Brasil teria um papel de destaque<sup>44</sup> - *“de um novo*

---

<sup>43</sup> IDEM. Discurso em almoço com os oficiais gerais recém-promovidos. Clube da Aeronáutica. Brasília, DF, 16/12/1999.

<sup>44</sup> O ministro Quintão faz eco à idéia de uma liderança brasileira na América Latina ou no Continente. Em geral, ela se acha fundada em impressões que as posições brasileiras teriam causado em seus parceiros internacionais. No entanto, do ponto de vista diplomático, trata-se de um tema pouco elaborado que por vezes é evitado, como que para não causar suscetibilidades. É como se o Brasil exercesse uma influência destacada sem o pretender, mas como expressão das suas condições estratégicas: território, história, economia, ciência, educação, etc. Enfim, dos fatores reais de poder. Cf. QUINTÃO, Geraldo

*conceito de Defesa. Um conceito mais amplo, que envolva todos os setores do Estado e da sociedade e extrapole o ambiente exclusivo das Forças Armadas”.*

É certo que o presidente tratou com os militares de diversos outros temas que pouco aparecem nessa análise. Ao encerrá-la, parece-nos oportuna uma tentativa de síntese. Duas grandes linhas de questões acham-se nos discursos presidenciais dirigidos diretamente aos militares: a globalização e uma visão geral sobre as Forças Armadas e a Defesa Nacional. A questão da democracia – que merece ser analisada à parte no pensamento do presidente Cardoso, pois é realmente muito importante e inovadora – como que invade as considerações sobre a globalização e as temáticas de Defesa e militares. Em linhas gerais, as Forças Armadas são instrumentos estatais que se reportam ao presidente, ao chefe de Estado, a quem o apoio militar não tem faltado. Elas estão enraizadas na sociedade brasileira, de cujas elites não provêm. Ao contrário, são provenientes do povo. O presidente ocupou-se de temas que lhe parecem pertinentes aos militares: a democracia, o Ministério da Defesa, a Política de Defesa nacional, a Amazônia, as restrições orçamentárias que comprometem seus projetos, a carreira militar. Apesar disso, o presidente considera, talvez com algum otimismo, que as Forças Armadas se identificaram com os processos gerais que ocuparam o seu governo.

## **2. A Defesa Nacional segundo os comandantes militares**

### ***Nacionalismo e Defesa Nacional: o inconformismo com as condições precárias das Forças Armadas***

Ao final do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o palco especial onde se manifestaram o descontentamento, a frustração e a preocupação com a Defesa Nacional foi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que - em parceria com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Habitacional do Exército - promoveu o *Seminário Política de Defesa para o Século XXI* nos dias 20 e 21 de agosto de 2002, do qual participaram o ministro da Defesa Geraldo Quintão e os três comandantes militares: almirante Sérgio Chagastelles, da Marinha; general Gleuber Vieira, do Exército e brigadeiro Carlos de Almeida Batista, da Aeronáutica. Nenhum comandante militar estava otimista, nem havia clima para tanto. Ao contrário, definiram a conjuntura internacional como adversa aos interesses brasileiros. Não a conjuntura concernente à América do Sul, mas com relação aos mecanismos de poder e aos interesses dos países que controlam o mundo, os Estados Unidos com pleno destaque.

O pressuposto, quando não o conceito claramente enunciado, é a existência de uma única superpotência global, secundada por Estados poderosos embora distantes daquela potência de modo acentuado. Contra o poder estratégico-militar dos Estados Unidos pouco há que fazer. Porém, deverá o Brasil buscar associação com países que se encontram numa escala intermediária entre a superpotência e os países mais frágeis. Esta perspectiva é muito relevante para o Brasil. Lembremos os esforços da diplomacia na direção da União Européia, os acordos firmados com a China, a Rússia e a Índia no momento que os Estados Unidos jogam todo o seu peso econômico e diplomático para a implantação

---

“Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro”. Palestra no Instituto Rio Branco. Brasília, 28 de agosto de 2000. Disponível em: URL: <http://www.mre.gov.br>; acessado em 2/7/2001.

da Área de Livre Comércio das Américas, e também para iniciar a guerra de retaliação contra o Iraque com ou sem o apoio da ONU.

A propósito, o comandante do Exército afirma que a assimetria de poder no plano mundial causa muito desconforto à Defesa Nacional, pois gera um alto nível de instabilidade. No entanto, considerado o plano sulamericano, os conflitos estariam sob controle. De resto, essa é a apreciação das autoridades de Defesa do nosso país, a começar pelo presidente Cardoso, como vimos:

No âmbito continental, permanece a consideração da assimetria de poder, que, entre as potências hegemônicas, as de Primeiro Mundo, e os países do continente, se faz ainda mais pronunciada, o que dificulta a inserção do país e das suas Forças Armadas em grupos de exercício de poder que se contraponham aos hegemônicos. Ou seja, a assimetria é muito mais difícil de superar porque o hiato é muito mais amplo<sup>45</sup>.

Os espaços de poder estão ocupados com base na capacidade estratégica de alguns poucos países (combinação de potência econômica com potência militar, dentre outros fatores tais como a diplomacia). O Brasil pouco poderá fazer para impedir ou dificultar aos Estados Unidos o exercício unilateral de poder e para contrapor-se a ele. Daí que a ordem internacional decorrente da derrota do bloco soviético se caracteriza como uma desordem, considerada a dificuldade de regulação das relações entre os Estados. Aumentou o número de conflitos localizados e os de natureza crônica. A América do Sul comporta tanto uma relativa contenção dos conflitos inter-estatais como uma instabilidade no interior de alguns Estados. Associada essa instabilidade aos “*crimes transnacionais de diversas naturezas*” – crime organizado, terrorismo e contrabando – compreende-se a existência de um “ciclo de incertezas”, o qual, de certo modo, é confrontado pela cooperação entre os países vizinhos quanto às suas forças policiais e militares. “*Na América Sul, podemos considerar que hoje os contenciosos estão sob controle. Não vemos, entre os países, nenhum contencioso grave que nos leve a considerar iminente a eclosão de conflito. Esse é um dado importante no planejamento das hipóteses de emprego e da resposta às hipóteses de emprego*”.

As missões de cada uma das Forças são bastante claras. Cabe ao poder naval defender os interesses do Brasil no mar e assegurar-lhe “*o direito ao uso econômico e estratégico do mar*”, sendo quatro as suas tarefas: “*controlar a área marítima, negar o uso do mar, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão*”. Para a realização dessas tarefas, a Marinha dispõe de força pronta, isso é,

---

<sup>45</sup> VIEIRA, Gleuber. Palestra no Seminário Política de Defesa para o século XXI. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Brasília, 20-21/8/2002. As citações foram retiradas das notas taquigráficas disponíveis em: URL: <http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp>; acessado em 14/10/2002. Portanto, esse endereço eletrônico é o mesmo das demais palestras que analisamos nesse capítulo. Posteriormente, elas foram publicadas em livro. Assim, vide: VIEIRA, General Gleuber. “Hipóteses de emprego na estrutura militar: custos, organização e dimensões do Exército”; BAPTISTA, Brigadeiro Carlos Almeida. “Estrutura militar e imperativos de Segurança Nacional”; CHAGASTELES, Almirante Sérgio. “Hipóteses de emprego na determinação da estrutura militar: custos, organização e dimensões da Marinha”; FEROLLA, Brigadeiro Sérgio Xavier. “O papel das Forças Armadas na sociedade brasileira”. In: REBELO, Aldo & FERNANDES, Luís (org). *Política de Defesa para o século XXI. Coletânea de palestras proferidas no Seminário Política de Defesa para o século XXI, realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2002, na Câmara dos Deputados*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, pg. 133-44, 155-60; 145-54; p. 161-70, respectivamente. [285 p.] (Série Ação Parlamentar, 219)

unidades destinadas ao pronto emprego<sup>46</sup>.

As dimensões da Marinha se expressam através de 101 navios (dos quais 14 fazem parte do serviço de Hidrografia e Navegação) e 91 aeronaves; esses equipamentos têm mais de dez anos de uso, situação considerada inadequada. Situação crítica contempla igualmente os recursos humanos. Os valores orçamentários têm sido tornados indisponíveis (contingenciados) na ordem de 37% para o ano de 2002, os quais, somados aos cortes dos anos anteriores, redundam em prejuízo aos projetos estratégicos da Marinha.

Tudo isso cria um cenário indesejável para o Brasil na perspectiva das próximas décadas, quando deverá aprofundar-se a distância tecnológica com os países desenvolvidos. Daí a necessidade de desenvolvimento tecnológico nacional, que demanda vontade política e recursos financeiros e humanos<sup>47</sup>. A necessidade de alocação segura de recursos públicos é retomada pelo general Gleuber Vieira ao considerar que está aprofundando-se o hiato tecnológico das Forças Armadas brasileiras em relação às do primeiro mundo; ainda, traduzindo o “*declínio nas atenções com a área de Defesa*”, os cortes orçamentários afrontam os procedimentos e a cultura administrativa das Forças Armadas, dando ocasião à predominância da administração do dia a dia sobre a administração decorrente do planejamento.

Nessas condições se desenvolve a Estratégia da Presença do Exército. Historicamente, essa Força tem chegado aos rincões brasileiros antes do Estado (isso é, dos serviços públicos). Por vezes, o Estado está presente apenas através da unidade militar. Portanto, a presença do Exército poderá retrair-se ou adaptar-se na medida em que outras agências públicas passem a cumprir as suas (delas) responsabilidades. Para o Exército, a Estratégia da Dissuasão combina-se com a Estratégia da Presença. Na verdade, elas formam uma única política, a presença significando dissuasão, inscrevendo-se nela e viabilizando-a. Afinado com a Política de Defesa Nacional, o Exército considera que a América do Sul é o teatro de operações das hipóteses de emprego militar na defesa dos interesses brasileiros e de sua soberania. O raciocínio militar é bastante claro: não é a identificação de um inimigo que condiciona a Estratégia, são os interesses a defender. Assim, as forças devem ser flexíveis, adaptáveis, mobilizáveis e prontas:

Não são configuradas para enfrentar essa ou aquela ameaça. Elas têm de ter capacidade de flexibilização, de adaptar-se a essa ou àquela ameaça com imediatismo; prontamente devem reagir e moldar-se àquela ameaça que se apresenta. É outra concepção de organização de força

---

<sup>46</sup> CHAGASTELES, Sérgio. Palestra no Seminário Política de Defesa para o século XXI. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Brasília, 20-21/8/2002. As citações foram retiradas das notas taquigráficas disponíveis em: URL: <http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp>; acessado em 14/10/2002.

<sup>47</sup> A sugestão do professor Carlos Vogt, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ao presidente da República a ser escolhido no segundo turno das eleições presidenciais - a aprovação de lei que proibisse o contingenciamento de recursos para ciência, tecnologia e inovação - bem poderia aplicar-se à Defesa Nacional, pois as inquietações da comunidade científica são análogas à das instituições vinculadas à Defesa: “*quando se considera, de um lado, a riqueza teórica do sistema desenhado nesses últimos anos pelo ministério de Ciência e Tecnologia e, de outro, a parcimônia e a irregularidade dos dispêndios, por razões estruturais ou conjunturais da economia, o sentimento de dúvida e de inquietação da comunidade se torna também uma constante e, assim esperamos, um alerta para futuras decisões*”. VOGT, Carlos. “Ciência, tecnologia e inovação: urgências”. *Folha de S. Paulo*, 17/10/2002, p. A3.

de dissuasão, em dimensão compatível com as hipóteses de emprego formuladas dentro de um teatro de operações continental.

Indo além da Política de Defesa Nacional, o general Gleuber Vieira trata da projeção de poder, que significa para o Brasil “gerar e exercer poder” a partir de um perfil estratégico ampliado com relação à situação atual, nos planos econômico, tecnológico, diplomático e militar. O comandante do Exército refere-se a um largo prazo de tempo para que o Brasil venha a ocupar espaços de poder na arena internacional: *“onde estará o curto, o médio e o longo prazo? É difícil dizer; eu não me arriscaria. Vai ser justamente na medida em que ganhe solidez a Federação, sua organização político-partidária, a solidez da economia, a estabilidade social. Então, aí, vai-se trabalhar sobre esses três vetores, enquanto esses fatos ocorrerem e concorrerem entre si”*.

Se o Exército é obrigado a restringir seu contingente em 140 mil homens e mulheres, quando está autorizado a chegar aos 200 mil; se os recursos orçamentários não contemplam as necessidades da Força; se o hiato tecnológico com relação às Forças Armadas dos países desenvolvidos tende a ampliar-se, até quando o Exército poderá resistir? Um conceito que deve nortear as dimensões das Forças Armadas é aplicado enquanto um alerta e um desabafo: *“Eu afirmo sempre que o Exército não pode ser melhor que a sociedade, mas não pode significar menos do que a dimensão do país, menos do que exige a nossa expressão geopolítica”*.

Não poder ser melhor do que a sociedade significa, talvez, que não lhe devem ser atribuídos recursos injustificados com relação às necessidades sociais. Mas o país precisa tomar cuidado para que, com o Exército debilitado, não se torne vulnerável. Isto já estaria acontecendo, na medida que o Exército está mal preparado para dar conta de suas finalidades: *“A atual situação compromete as estratégias em vigor. Já não podemos garantir o nível de dissuasão desejado. Não podemos exercer plenamente a projeção de poder, porque não podemos comparecer com a mesma frequência a missões internacionais. A presença fica discutível. Teríamos de selecionar os exercícios de presença. Haverá sérios comprometimentos, a prevalecer o atual quadro”*.

A avaliação preocupante da conjuntura mundial está presente também na conferência do brigadeiro Carlos de Almeida Batista, comandante da Aeronáutica. O Brasil é uma potência média, não tanto em termos militares e de Defesa, mas em termos econômicos e territoriais. Pressões por mudanças nos papéis das Forças Armadas (redução de sua dimensão nacional) provêm dos centros mundiais de poder. No entanto, o Brasil tem o direito de preservar suas Forças Armadas, cujo papel principal é o fortalecimento do poder nacional mediante a dissuasão militar. Portanto, a capacidade militar é um instrumento da diplomacia, do poder político numa situação internacional incerta e muito mutável. No entanto, as Forças Armadas vivem à beira do sucateamento, isto é, da depreciação e desatualização da capacidade militar e dos equipamentos. Sem equipamentos atualizados, sem treinamento permanente, as Forças Armadas não terão condições de responder quando acionadas pelo poder político. Ora, o quadro internacional é sobretudo instável. As Forças Armadas deveriam estar prontas, mas não estão, avalia o brigadeiro Baptista:

Encontram-se seriamente prejudicados a disponibilidade de seus meios aéreos e o treinamento de suas tripulações. O seu acervo operacional, que na década de 70 contava com 1.866 aeronaves, não ultrapassa hoje 750 obsoletas unidades, com uma agravante: cerca de 45%

dessas encontram-se indisponíveis para o vôo, em decorrência da falta de recursos para a aquisição de suprimento, cujos estoques estão abaixo dos níveis aceitáveis. Além disso, são restritas ainda as horas de vôo disponíveis, por falta de recursos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes. [...] Tenho dito e repito que seríamos muito mais eficientes e menos onerosos se trocássemos as 750 aeronaves existentes por apenas 300 novas. Todavia, duros contingenciamentos impostos no presente momento têm dificultado a realização do plano na cadência ideal, além de não permitirem a recuperação da capacidade operacional da Força<sup>48</sup>

Quanto à participação militar na defesa das instituições democráticas e Segurança Pública, o comandante da Aeronáutica foi muito feliz ao comentar o tema. Em primeiro lugar, constata que diversos setores sociais pressionam para que o governo empregue as Forças Armadas contra a criminalidade, pressões que se explicam pela crise que torna as polícias incapazes de combater eficazmente o crime. Não caberia, entretanto, substituir as polícias pelas instituições militares, pois essas não têm preparo para tanto. Tampouco convém reativar a tradição de regulação da vida política e social, da qual as Forças Armadas se distanciaram. Ora, são muito graves os riscos da aplicação das Forças Armadas na Segurança Pública:

é fundamental assinalar o risco que esse possível novo padrão traz consigo. O emprego da instituição militar apenas diretamente na Segurança Pública tem aumentado sensivelmente, chegando a pelo menos dezessete participações entre 1995 e 1997. Os números parecem confirmar que a pressão em favor da participação das Forças Armadas em tarefas de combate ao crime organizado tem direcionado os militares brasileiros para os antigos treinamentos e a insurgência, fortificando uma missão de controle social. Os novos inimigos agora são os narcotraficantes e os contrabandistas de armas. As missões de segurança interna assumem nova roupagem. Vivemos um panorama internacional que parece delinear-se pela deterioração da regulamentação jurídica entre os Estados e o avigoreamento das relações de força. Urge, nessa direção, não reforçar a preocupação militar com a temática interna, como vem acontecendo nos últimos anos, e sim incrementar o preparo militar para as questões externas, em razão da dimensão estratégica pretendida e dos interesses nacionais e compromissos internacionais assumidos, a fim de que o Brasil não veja o aparelho militar transformado em órgão suprapolicial.

O Estado deverá encontrar uma saída para a Segurança Pública que não seja o protagonismo militar. Ou seja, as Forças Armadas já provêm o apoio logístico para o combate de algumas modalidades de crimes e não devem fazer mais do que isso. No entanto, a respeito da crise da Segurança Pública, haverá dois fatores a contemplar: o combate às condições sociais que produzem a criminalidade e a valorização das polícias: prestígio, auto-estima, reaparelhamento e melhores salários. Mais: deverá ser profundamente avaliada toda hipótese de emprego das Forças Armadas para apoiar as polícias contra o crime organizado e o narcotráfico no tocante à natureza das missões, tipos de armamentos e as conseqüências previsíveis. Pois as Forças Armadas *“não podem ser desgastadas em ações nas quais não possam utilizar a sua capacidade de chegar e decidir”*.

---

<sup>48</sup> BAPTISTA, Carlos de Almeida. Palestra no Seminário Política de Defesa para o século XXI. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Brasília, 20-21/8/2002. As citações foram retiradas das notas taquigráficas disponíveis em: URL: <http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp>; acessado em 14/10/2002.

Estabelecido por lei de 1918, o serviço militar obrigatório está para completar nove décadas<sup>49</sup>. Segundo os comandantes militares, além de necessário, ele continua sendo a melhor alternativa, pois garante os recursos humanos de que as Forças Armadas necessitam anualmente e, de outro lado, propiciam a milhares de jovens de famílias pobres o acesso a serviços de saúde, alfabetização (em algumas regiões), educação profissional, higiene, cidadania e promoção humana. Outro argumento favorável ao serviço militar obrigatório é de natureza financeira: pois bem, o conscrito – o jovem que pressa o serviço militar – custa pouco em relação ao que custaria o soldado profissional<sup>50</sup>.

O brigadeiro Baptista adiciona argumentos em prol da preservação do serviço militar obrigatório: é o mais democrático, universal e de menor custo:

o modelo é adotado em dois terços dos países com Forças Armadas organizadas; possibilita a formação de reservas mobilizáveis; a maioria da opinião pública é favorável; permite a integração das Forças Armadas com a população; o rodízio anual dos contingentes aproxima a população das Forças Armadas; há maior representatividade geográfica, étnica, social e religiosa, evitando a regionalização; e no serviço militar ocorre a socialização do jovem, o desenvolvimento de valores morais e o estímulo ao respeito às leis e às instituições. Assim, [...] atende de maneira geral aos interesses individuais e às necessidades da defesa nacional.

Os comandantes militares postulam a preservação do serviço militar obrigatório, posto que adequado aos interesses da Defesa Nacional, consideradas as condições gerais do Brasil e das Forças Armadas<sup>51</sup>. Em que pese a relação intrínseca entre Forças Armadas e população através da prestação desse serviço compulsório, os comandantes militares não recorreram à argumentação em torno da cidadania. De minha parte, considero que a participação de homens e mulheres na Defesa Nacional deve fazer parte dos direitos e obrigações da cidadania, podendo variar as formas e a natureza desse serviço compulsório.

---

<sup>49</sup> A Lei do Serviço Militar (nº 4.375, de 17/8/1964, modificada pela Lei 1786, de 20/5/1980) determina a duração de 12 meses para o serviço militar, sendo que a obrigação do reservista dura até 31 de dezembro do ano em que completa seu 45º aniversário. O presidente da República poderá autorizar a dilatação do serviço militar até 18 meses ou a sua redução até 2 meses. Segundo o Ministério da Defesa, o serviço militar obrigatório é adotado em 2/3 das Forças Armadas nacionais. Vejam-se alguns períodos desse serviço compulsório: Alemanha: 9 meses; Bulgária: 2 a 3 anos; China: 2 anos; Cuba: até 3 anos; Espanha: 9 meses; França: 10 meses; Hungria: 2 anos; Itália: 12 meses; Polônia: 2 a 3 anos; Portugal: 4 meses; Turquia: 20 meses; Rússia: 18 meses. Disponível em: URL: <http://www.defesa.gov.br/Disemi/disemi.htm> acessado em 4/12/2002).

<sup>50</sup> A respeito do serviço militar obrigatório, os seguintes ensaios oferecem justificativas históricas e doutrinárias (no plano da Estratégia) para a sua preservação: SENA, Davis Ribeiro de. “Serviço Militar Obrigatório e/ou Profissionalização do Exército”. In: *Revista Defesa Nacional*, nº 768, 1995, p. 23-38; BARRENTO, Antônio Eduardo Queiroz Martins (brigadeiro do Exército de Portugal). “O Serviço Militar face às Doutrinas Estratégicas”. In: *Revista Defesa Nacional*, nº 769, 1995, p. 41-54. Uma apreciação crítica do sistema brasileiro de serviço militar obrigatório encontra-se num competente trabalho acadêmico: KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla (major do Exército Brasileiro). *O Serviço Militar Obrigatório e a democracia: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. São Paulo, 10/12/2001. Número de páginas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

<sup>51</sup> BRASIL. Presidência da República. Estado-Maior das Forças Armadas. *O Brasil e suas Forças Armadas*. Brasília, DF, 1996, p. 41; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *op.cit.* p. 88.

### 3. Ministro Brigadeiro Ferolla: vertente nacionalista no Superior Tribunal Militar

Foi possível destacar uma inquietação pungente dos comandantes militares com a situação precária das Forças Armadas, e também um nacionalismo sem o qual a própria Defesa Nacional não teria razão de existir. Encontraremos agora um tipo de nacionalismo mais declarado, acirrado e militante. Engenheiro formado no Instituto Tecnológico da Aeronáutica; ex-vice-diretor do Centro Técnico Aeroespacial e diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento e o Estado-Maior da Aeronáutica; ex-comandante e ex-diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra; atual ministro do Superior Tribunal Militar, tendo sido seu presidente entre março de 2000 e fevereiro de 2001, o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla destaca-se por suas concepções nacionalistas e pela franqueza com que as aplica às questões nacionais e internacionais.

Antes de analisar a sua participação na mesa *O papel das Forças Armadas na sociedade brasileira*, convém dar algumas idéias, ainda que imprecisas, sobre o seu pensamento E o faremos através de três momentos: a despedida da Escola Superior de Guerra; a entrevista aos cadetes do ar e a entrevista a um jornal nacionalista.

Na condição de ministro do Judiciário militar, com mais liberdade do que os comandantes cujos discursos analisamos, é seguro que o brigadeiro Ferolla tenha conseguido expressar temores e esperanças de boa parte dos corpos de oficiais das Forças Armadas. Daí o incluímos nessa parte do nosso trabalho. Então, examinemos seu pensamento, que começa pela afirmação da premência dos Estados, insubstituíveis na ordem mundial, no *“mundo [que] se globaliza velozmente”*. Em decorrência, será indispensável ao Brasil um modelo - decorrente de um projeto nacional - através do qual a sua inserção inevitável no processo de globalização não se dê em detrimento de seus próprios interesses. Portanto, não haverá que colocar em risco a sua unidade e a sua soberania<sup>52</sup>.

Em visita à Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Barbacena, Minas Gerais), provavelmente no início de 2000, foi entrevistado por cadetes. Retirei dessa manifestação uma crítica duríssima à estratégia econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, envolvendo as privatizações, a submissão ao protecionismo comercial americano, o financiamento do BNDES a empresas estrangeiras, etc. Enfim, o governo *“está arrasando com o Brasil, está entregando tudo, destruindo a empresa brasileira, o emprego para o povo, não dando esperanças para a juventude. [...] O modelo que nós temos hoje é altamente condenável”*. Não é apenas em fórum militar que o brigadeiro Ferolla se manifesta. Aliás, assim também procedem outros militares da reserva, como é próprio e benéfico ao regime democrático, assíduos nas universidades, centros de pesquisa, etc.

Em conferência que apresentou na Associação Brasileira de Imprensa, reproduzida pelo jornal Hora do Povo em julho de 2000, condenou o desamparo das Forças Armadas quanto aos recursos humanos, materiais e orçamentários; a redução do Programa Aeroespacial, a não-transferência de tecnologia de empresas estrangeiras, a submissão aos interesses estrangeiros:

---

<sup>52</sup> Sérgio Xavier FEROLLA, Ten.-Brig. do Ar. Palavras de despedida desse Comando. Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XI, nº 30, 1995, pg. 31-33.

Estamos completamente desarmados. O trabalho é feito na base do sacrifício individual dos oficiais e praças. Falta até comida. Os jovens que procuram as Forças Armadas e querem servir precisam pedir ao oficial general, caso contrário não há vagas. É triste. O Brasil não tem uma Força Armada compatível com sua estrutura internacional de líder, principalmente na América Latina. Comparado com países menores, o Brasil é um país desarmado. Somos a mais fraca Força Aérea da América Latina. O que falta à sociedade é definir, através dos parlamentares, que Força Armada o Brasil precisa. Se quisermos ser um país colônia, dominado, obediente e que não crie nenhum problema, tudo bem. O caminho está definido<sup>53</sup>.

O brigadeiro Ferolla retoma alguns desses conceitos no seminário ocorrido na Câmara dos Deputados. Ele associa a soberania à existência das Forças Armadas, soberania e instituições militares traduzidas nas nossas diversas constituições e, particularmente, na presença militar no processo de consolidação territorial. No entanto, vigoraria hoje um modelo limitador da soberania nacional sob o “*signo diabólico do neoliberalismo*”, segundo o qual as fronteiras nacionais deixam de ter importância, a abrangência do Estado passa a ser mínima e os Estados – o Brasil, inclusive – submetem-se passivamente aos interesses de mercado. Ora, esse modelo explica o Ministério da Defesa, cuja criação, afinal, não teria decorrido apenas de uma decisão nacional, mas do atendimento dos interesses internacionais, dos Estados Unidos em particular:

A criação do Ministério da Defesa, em que pese ter surgido mais por imposição externa do que por decisão política amadurecida no âmbito da sociedade — foi pressão do *big brother* —, poderá evoluir para a real coordenação e otimização das ações de interesse comum das Forças Singulares, respeitadas, porém, as peculiaridades profissionais e operacionais das três Forças, com suas formas específicas de atuação no teatro de operações. [...] ministros ligados à política partidária têm de se manter distantes do estamento militar, sob pena de fragilizar de vez as Forças Armadas, que, graças a Deus, até hoje não se meteram em disputas partidárias, uma vez que têm de pairar além desses problemas e não ficar submissas ao mandante da ocasião.

A afirmação de que as Forças Armadas não devem ficar “*submissas ao mandante da ocasião*” poderá explicar-se por um excesso literário, ou, muito mais relevante do ponto de vista político, expressar uma visão das Forças Armadas enquanto poder autônomo dentro do Estado. Em consequência, as Forças Armadas se encontrariam numa situação de submissão incompleta ou condicionada, tão presente nas constituições republicanas anteriores à de 1988. Ainda, o brigadeiro Ferolla constata que as Forças Armadas, com orçamentos escassos, atendem as populações civis em suas necessidades. Ele sugere que isso passe a ser feito com outros recursos do orçamento do governo, em rubrica especial, de modo a não comprometer ainda mais a já drástica situação militar. Ele contesta a ausência de distinção entre empresa nacional e empresa de capital nacional, pois, em decorrência, empresas internacionais se apropriam da poupança brasileira e do patrimônio das empresas desnacionalizadas: “*considero isso crime de lesa-pátria; tem que ser modificado. O dinheiro brasileiro é para empresas nacionais: As outras, se quiserem vir, são bem-vindas, mas que tragam seus*

---

<sup>53</sup> Disponível em: URL: <http://www.horadopovo.com.br/2000a/julho/14-07-00/pag2a.htm>, acessado em 5/12/2001. Ver também sua entrevista a Leonel Rocha: “Verde-amarelo. Nacionalista convicto, presidente do STM, brigadeiro Sérgio Ferolla, critica as privatizações e ataca a adoção do modelo americano neoliberal”. *IstoÉ*, 6/8/2003.

recursos”.

Por último, após constatar a existência de “*bloqueios tecnológicos impostos pelas potências hegemônicas*” que impedem o desenvolvimento tecnológico nacional e acentuam nossa dependência com relação aos centros mundiais avançados, Ferolla investe contra a estratégia geral do governo Cardoso:

A sociedade brasileira, em uníssono e em oposição à falida cantilena do modelo neoliberal, precisa bradar com ênfase que o desenvolvimento de uma nação não se mede tão-somente pelas variáveis comuns das estatísticas econômicas, mas principalmente pela existência de um clima de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, bem como pela capacidade de atendimento às necessidades de alimentação, trabalho, saúde, educação e segurança de seu povo. Esses parâmetros também devem ser realçados em uma política de Defesa, pois não podem existir Forças Armadas capazes de dissuadir aventureiros além-fronteiras se internamente nos permitimos conviver com uma população majoritariamente fragilizada sob os aspectos mínimos e essenciais para a vida em sociedade.

A saída seria imitar a Europa, que deu prioridade a setores estratégicos para a Defesa Nacional nos anos 60, diante da superioridade dos Estados Unidos: os países europeus estariam, hoje, colhendo frutos através de aviões Airbus, foguetes Ariane, novos materiais, eletrônica e outros produtos de “elevado conteúdo tecnológico” e de interesse militar. É como se esse modelo, até agora aplicado na área militar brasileira, devesse cobrir outras áreas do desenvolvimento nacional. Afinal,

Os programas de sucesso da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que já surtiram resultados concretos, segundo o modelo descrito, atestam sua validade e não é outro o caminho ainda seguido pelos países industrializados, em plena era do propalado modelo neoliberal, da não-participação do Estado na economia e da livre iniciativa como a responsável pelos investimentos em tecnologia e na indústria.

Alguns setores políticos teriam interesse em promover a cizânia e o conseqüente distanciamento entre as Forças Armadas e a sociedade. Valem-se para tanto de exemplos de violência militar praticados pelas polícias militares, que não fazem parte das Forças Armadas, “*sem se discutir o mérito dessas ações*”. Assim, uma “*atmosfera de desconfiança*” se abate sobre as Forças Armadas no tocante aos seus papéis constitucionais, agravando-se a já difícil situação das instituições militares em termos orçamentários. De outro lado, diz o ministro do STM, elas são fragilizadas também pela “*pressão doutrinária de conhecidos segmentos do poder hegemônico internacional, interessados em reduzi-las a simples Guarda Nacional para vigilância policial das fronteiras e combate ao crime organizado, já que as potências militares que dominam o atual cenário mundial colocam-se disponíveis para atuar em nosso território no caso de eclosão de uma ameaça externa*”.

Acha-se no depoimento do brigadeiro Ferolla um apelo ao congraçamento entre civis e militares, uma espécie de “*união da família brasileira*”. Ainda que para tanto todos venham a se esforçar para a superação das “*longínquas mágoas do passado para enfrentar um astuto inimigo, perigoso adversário internacional, ou vamos continuar nessa situação de submissão, na qual estamos entregando o país. E não sabemos o que vão herdar nossos filhos e netos*”.

#### **4. Conclusão**

No seminário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os comandantes militares desenvolveram com notável clareza os principais temas da agenda da Defesa Nacional. Estiveram de acordo com o pensamento do chefe de Estado quanto à globalização assimétrica, com destaque para a assimetria de poder no plano militar; ao papel nacional das Forças Armadas; à participação subsidiária (apoio logístico) na Segurança Pública, posto que não devem substituir as polícias.

O discurso militar parece-nos mais realista do que o discurso presidencial acerca da estupenda assimetria de poder estratégico entre os Estados Unidos e os demais países, e entre esses e o Brasil. Nesse particular, o presidente Fernando Henrique Cardoso é mais otimista, embora cultivando um profundo senso de realidade. Não deixaram os comandantes militares de expressar sua preocupação (diria, seu inconformismo) com a ausência de prioridade a que têm sido sujeitas as Forças Armadas. Seu alerta é bastante claro: o Brasil não está adequadamente capacitado para defender-se, a Defesa Nacional é insuficiente diante dos riscos que o cenário internacional impõe.

Fuente:

Ponencia preparada para el VI Seminario sobre Investigación y Educación en Estudios de Seguridad y Defensa (REDES 2003), CHDS, Santiago de Chile, 27 al 30 de octubre de 2003